



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1851939 - PA (2019/0362339-0)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : ROGERIO DE NAZARE SANTOS JASTES
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. PENAL. HOMICÍDIO SIMPLES. PENA-BASE. FIXAÇÃO NO MÁXIMO ABSTRATAMENTE COMINADO. FLAGRANTE DESPROPORCIONALIDADE. CULPABILIDADE, CONDUTA SOCIAL E PERSONALIDADE. NEGATIVAÇÃO. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. MOTIVOS. NEGATIVAÇÃO. ELEMENTOS CONCRETOS. REGIME FECHADO. ADEQUAÇÃO. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por ROGERIO DE NAZARE SANTOS JASTES, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição da República, manifestado contra o acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará na Apelação Criminal n.º 00202857-23.2000.8.14.0041.

Consta dos autos que, após decisão do Conselho de Sentença condenando o Agravante como incurso no art. 121, *caput*, do Código Penal, o Juiz-Presidente impôs-lhe a reprimenda de 18 (dezoito) anos de reclusão, em regime inicial fechado. Houve apelação somente defensiva, a que o Tribunal de origem negou provimento, em acórdão assim ementado (fl. 357):

"APELAÇÃO CRIMINAL - HOMICÍDIO (ART. 121, CAPUT DO CPB) - REFORMA DA PENA BASE AO MINIMO LEGAL. IMPROCEDÊNCIA. 1. O juízo sopesou as circunstancias judiciais e considerou como desfavoráveis a culpabilidade, antecedentes, conduta social, personalidade e motivos, aplicando pena base no grau máximo - 20 (vinte) anos de reclusão. Coadunado do posicionamento do magistrado que atinente aos fatos e a reprovabilidade na conduta do acusado, aplicou pena base em grau máximo, ou seja, em 20 (vinte) anos de reclusão. Após a pena foi reduzida em 2 (dois) anos pela atenuante de confissão, restando fixada definitivamente em 18(dezoito) anos de reclusão, ante a ausência de agravantes e causas de aumento e diminuição de pena. Pena proporcional ao deslinde atroz dos fatos. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO."

No recurso especial, alega-se a violação dos arts. 59 e 68 do Código Penal, sustentando-se que a única circunstância judicial que teria sido idoneamente negativeda diria respeito aos maus antecedentes. Em relação às demais, teriam sido utilizados elementos inerentes ao tipo

penal ou de natureza abstrata, Argumenta-se ser desproporcional a fixação da pena-base no patamar máximo abstratamente cominado.

Pede-se o provimento do recurso, com a redução da pena-base a patamar próximo ao mínimo legal, com a fixação do regime inicial semiaberto.

O Parquet *estadual*, em sua resposta, manifestou-se pelo "*parcial provimento, a fim de que seja readequada a pena-base do ora recorrente.*" (fl. 410).

Admitiu-se o recurso na origem (fls. 414-415).

O Ministério Público Federal, por meio do Subprocurador-Geral da República José Elaeres Marques Teixeira, manifesta-se pelo parcial provimento do recurso especial, em parecer com a seguinte ementa (fl. 438):

"Penal e Processo Penal. Recurso Especial. Homicídio. Condenação. Dosimetria. Art. 59 do CP. Circunstâncias judiciais. Vetores 'personalidade', 'conduta social' e 'culpabilidade'. Fundamentação inidônea. Motivação do crime exasperada corretamente. Motivo fútil que não foi utilizado para qualificar o crime. Parecer pelo provimento parcial do recurso especial."

É o relatório.

Decido.

O Juízo de piso, ao fixar a pena-base, assim fundamentou (fl. 264):

"O pronunciado ROGÉRIO DE NAZARÉ SANTOS JASTES, ao cometer o crime, agiu com CULPABILIDADE em grau intenso, ceifando a vida da vítima por livre e espontânea vontade, ainda que ciente da reprovabilidade da conduta. Constatado que o mesmo, nos termos do verbete de súmula 444 do STJ, registra antecedentes criminais, NÃO É PRIMÁRIO, haja vista a existência de condenação transitada em julgado contra sua pessoa (Crime de roubo majorado em Abaetuba). Sua CONDUTA SOCIAL entendo desajustada. O acusado possui PERSONALIDADE deturpada, vez que mostrou-se agressivo, egoísta e sem qualquer sentimento humanitário, o que demonstra necessidade de sua valoração negativa. Os MOTIVOS do crime foram esclarecidos, tendo o acusado tirado a vida da vítima em razão de desavenças ocorridas em uma festa, após o réu ter assediado a companheira da vítima, o que não favorece o acusado. As CIRCUNSTÂNCIAS do crime são normais à espécie, nada tendo a ser valorado. As CONSEQUÊNCIAS do crime foram normais à espécie. Entendo que a vítima não contribuiu para o crime.

A barbaridade dos fatos imputados ao Réu, norteados pela forma violenta de ceifar a vida da vítima, bem como as circunstâncias judiciais deve, inevitavelmente, serem mensuradas no mais profundo grau de reprovabilidade, justificando-se a fixação da pena base em seu máximo, visto que a prática de tais fatos revelam que o pronunciado é pessoa de conduta violenta e destituída de um mínimo de sentimento, com total desprezo à dignidade e à vida humana.

Ante o exposto, atendendo às circunstâncias e à decisão do Soberano Tribunal do Júri, CONDENO como CONDENADO tenho ROGÉRIO DE NAZARÉ SANTOS JASTES, qualificado nos autos, à pena-base de 20 (VINTE) ANOS DE RECLUSÃO."

O Tribunal, no julgamento da apelação defensiva, ratificou a reprimenda (fl. 359):

"Verifica-se que o juízo sopesou as circunstâncias judiciais e considerou

como desfavoráveis a culpabilidade, antecedentes, conduta social, personalidade e motivos, aplicando pena-base no grau máximo – 20 (vinte) anos de reclusão.

Coaduno do posicionamento do magistrado que atinente aos fatos e a reprovabilidade na conduta do acusado, aplicou pena base em grau máximo, ou seja, em 20 (vinte) anos de reclusão, considerando ainda a valoração das circunstâncias judiciais, devidamente fundamentadas. Após, a pena foi reduzida em 2 (dois) anos pela atenuante da confissão, restando fixada definitivamente em 18 (dezoito) anos de reclusão, ante a ausência de agravantes e causas de aumento e diminuição de pena. Pena proporcional ao deslinde atroz dos fatos."

São manifestas as ilegalidades e a desproporcionalidade existentes na fixação da pena-base do Recorrente em 20 (vinte) anos de reclusão, ou seja, o máximo abstratamente cominado para o tipo penal em questão, sem que tenha havido fundamentação concreta que desse suporte a essa majoração.

Houve a negatificação da culpabilidade, antecedentes, conduta social, personalidade e motivos do crime.

No tocante à culpabilidade, o fato de ter o Recorrente ceifado a vida da vítima, por livre e espontânea vontade e consciente da ilicitude de sua conduta, constitui a própria conduta tipificada no crime de homicídio, não se prestando para negativar esse vetor.

Exemplificativamente:

"PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. DOSIMETRIA. CULPABILIDADE. CARÊNCIA DE MOTIVAÇÃO CONCRETA PARA A ELEVAÇÃO DA PENA-BASE. WRIT NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

[...]

3. No tocante à culpabilidade, para fins de individualização da pena, tal vetorial deve ser compreendida como o juízo de reprovabilidade da conduta, ou seja, o menor ou maior grau de censura do comportamento do réu, não se tratando de verificação da ocorrência dos elementos da culpabilidade, para que se possa concluir pela prática ou não de delito.

4. In casu, as instâncias ordinárias limitaram-se a afirmar que a culpabilidade do agente foi acentuada. Todavia, a jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que considerações genéricas e desvinculadas do contexto fático dos autos, assim como elementos inerentes ao próprio tipo penal não servem para o agravamento da pena, como se constata na espécie.

5. Writ não conhecido. Ordem concedida, de ofício, a fim de estabelecer a pena em 12 anos de reclusão, ficando mantido, no mais, o teor do decreto condenatório." (HC 520.822/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 22/10/2019, DJe 30/10/2019).

As afirmações de que o Recorrente possui conduta social desajustada, bem assim personalidade deturpada porque seria agressivo, egoísta e sem sentimento humanitário, não vieram acompanhadas de nenhum elemento concreto extraído dos autos, mas constituem-se em assertivas de caráter abstrato e genérico, as quais, ao que parece, tiveram por embasamento tão-somente o próprio fato de o Acusado ter praticado o delito que estava em julgamento. Assim, mostra-se ilegal a negatificação dessas circunstâncias judiciais, pela falta de fundamentação idônea e concreta.

A propósito:

"PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ROUBO MAJORADO, RECEPÇÃO E ADULTERAÇÃO DE SINAL IDENTIFICADOR DE VEÍCULO AUTOMOTOR. NÃO IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE. SÚMULA 182/STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. DOSIMETRIA DA PENA. MAUS ANTECEDENTES. PROCESSOS PENALIS EM ANDAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 444/STJ. PERSONALIDADE E CONDUTA SOCIAL. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. ART. 68 DO CP. CONCURSO DE MAJORANTES. CARÊNCIA DE MOTIVAÇÃO IDÔNEA PARA A APLICAÇÃO CUMULATIVA DAS FRAÇÕES DE AUMENTO. FLAGRANTE ILEGALIDADE. CONCESSÃO DE HABEAS CORPUS DE OFÍCIO.

[...]

5. A personalidade do agente resulta da análise do seu perfil subjetivo, no que se refere a aspectos morais e psicológicos, para que se afira a existência de caráter voltado à prática de infrações penais, com base nos elementos probatório dos autos, aptos a inferir o desvio de personalidade de acordo com o livre convencimento motivado, independentemente de perícia. No caso, porém, a fundamentação adotada para a valoração negativa da personalidade confunde-se com as circunstâncias do delito, já consideradas desfavoráveis, devendo, portanto, ser afastada, sob pena de indevido bis in idem.

6. Para fins do art. 59 do CP, a conduta social corresponde ao comportamento do réu no seu ambiente familiar e em sociedade, de modo que a sua valoração negativa exige concreta demonstração de desvio de natureza comportamental, o que também não se verifica no caso.

[...]

9. Agravo regimental desprovido. Concessão de habeas corpus, de ofício, para determinar que o Tribunal de origem proceda à nova dosimetria das penas impostas aos agravantes, afastando o aumento das básicas referentes à personalidade e à conduta social dos réus, e aos antecedentes de ERIK PIRES DE ABREU SOUZA E SILVA, bem como para afastar o aumento cumulativo, na terceira fase da dosimetria das penas de roubo." (AgRg no AREsp 1609745/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 20/02/2020, DJe 28/02/2020; sem grifos no original).

No entanto, mostra-se idônea a negatificação dos motivos do crime, cometido em razão de desavenças entre o Condenado e a vítima em uma festa, em razão de ter o Recorrente assediado a companheira da vítima.

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO (ART. 121, § 2º, I E IV, DO CP). DOSIMETRIA. PENA-BASE. MOTIVOS DO CRIME. VINGANÇA DA MORTE DO PAI. FUNDAMENTO IDÔNEO. REFORMATIO IN PEJUS. AUSENTE. DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO.

[...]

2. A exasperação da pena-base pela consideração negativa dos motivos fundamentado na vingança da morte do pai do réu é idônea, por demonstrar uma maior reprovabilidade da conduta. Precedente.

3. Agravo regimental improvido." (AgRg no HC 530.898/PB, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 03/12/2019, DJe 09/12/2019.)

"[...] DOSIMETRIA DA PENA. PENA-BASE FIXADA ACIMA DO MÍNIMO

LEGAL. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. *A revisão da pena imposta pelas instâncias ordinárias via habeas corpus é possível somente em situações excepcionais de manifesta ilegalidade ou abuso de poder reconhecíveis de plano, sem maiores incursões em aspectos circunstanciais ou fáticos e probatórios, consoante orientação pacificada neste Superior Tribunal.*

2. *In casu, as instâncias de origem, atentas às diretrizes do art. 59 do Código Penal, consideraram desfavorável ao agravante a circunstância judicial relativa aos motivos do crime, baseando-se em elementos concretos dos autos que extrapolam a descrição típica do delito, de forma que não se vislumbra a existência de constrangimento ilegal a ser sanado por este Sodalício.*

3. *Agravo regimental desprovido.*" (AgRg no HC 488.910/SC, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 14/05/2019, DJe 20/05/2019.)

Passo ao redimensionamento das penas.

Pela negativação dos antecedentes e dos motivos do crime, fixo a pena-base em 9 (nove) anos de reclusão. Diante da confissão, reduzo a reprimenda em 2 (dois) anos, conforme *quantum* aplicado pelas instâncias ordinárias, estabelecendo-a em **7 (sete) anos de reclusão**, tornados definitivos, pela ausência de causas de diminuição ou de aumento.

Por fim, não obstante o novo patamar da pena ser inferior a 8 (oito) anos de reclusão, bem assim ser o Recorrente primário, mostra-se adequada a manutenção do regime inicial fechado, diante da negativação de duas circunstâncias judiciais, que justificaram a fixação da pena-base acima do mínimo legal.

A esse respeito:

"PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. EXASPERAÇÃO DA PENA-BASE. CONSIDERAÇÕES GENÉRICAS OU PRÓPRIAS DO TIPO PENAL. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. READEQUAÇÃO DA PENA. CAUSA DE DIMINUIÇÃO DO ART. 33, § 4º, DA LEI N. 11.343/2006. INAPLICABILIDADE. RÉU QUE RESPONDE A OUTRA AÇÃO PENAL. DEDICAÇÃO À ATIVIDADE CRIMINOSA EVIDENCIADA. REGIME PRISIONAL. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS. MODO FECHADO. MANIFESTA ILEGALIDADE VERIFICADA EM PARTE. WRIT NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

[...]

7. O regime inicial fechado é o adequado para o cumprimento da pena de 5 anos de reclusão, em razão da aferição negativa das circunstâncias judiciais, que justificaram o aumento da pena-base, nos termos do art. 33, §§ 2º e 3º, do Código Penal.

8. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para reduzir a pena-base e estabelecer a sanção final em 5 anos de reclusão e pagamento de 500 dias-multa, mantido o regime fechado." (HC 516.770/RS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 15/10/2019, DJe 25/10/2019; sem grifos no original).

Ante o exposto, DOU PARCIAL PROVIMENTO ao recurso especial, a fim de excluir a negativação da culpabilidade, personalidade e conduta social, bem assim para reconhecer a desproporcionalidade na majoração da pena-base, ficando as penas redimensionadas nos termos da presente decisão, mantidas as demais cominações do acórdão recorrido.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora